

**TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022**

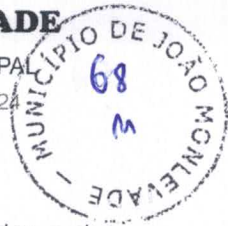
O **MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE**, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Rua Geraldo Miranda, nº 337, Carneirinhos, João Monlevade – MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.401.059/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO**, RG nº M-179.239 SSP/MG, CPF nº 195.086.896-68, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE**, inscrito no CNPJ sob nº. 05.783.206/0001-59, com sede na Av. Rodrigues Alves, nº 395, Bairro República, João Monlevade / MG - CEP: 35.930-092, neste ato, representada pela Presidente da OSC, **Sr.ª LÁZARA MARIA DA SILVA**, portadora da RG nº MG-6.821.352, e inscrita no CPF sob o nº 512.157.056-20, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e Decreto Municipal 112/2018, consoante o processo administrativo de Dispensa de Chamamento Público nº 06/2022 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto possibilitar o funcionamento do espaço de atividades “ESPAÇO CONVIVÊNCIA”, que oferece atividades de terapia ocupacional aos usuários do serviço de saúde mental da cidade de João Monlevade, conforme detalhado no plano de trabalho.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**2.1. São obrigações dos Partícipes:****2.1.1. DO MUNICÍPIO:**

- 2.1.1.1. Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- 2.1.1.2. Emitir relatório técnico de avaliação da parceira por meio do gestor de parceria e submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada.
- 2.1.1.3. Realizar nas parcerias com vigência superior a um ano, sempre que possível pesquisa de satisfação com os beneficiários e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- 2.1.1.4. Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução de objeto do Termo de Fomento;
- 2.1.1.5. Designar novo gestor na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade. Enquanto isso não ocorrer, o administrador público assumirá



todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

2.1.1.6. Manter em seu sítio oficial na internet a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento;

2.1.1.7. Instaurar tomada de contas antes do término da parceria ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

2.2. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

2.2.1.1. Manter escrituração contábil regular;

2.2.1.2. Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

2.2.1.3. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

2.2.1.4. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

2.2.1.5. Dar livre acesso aos servidores municipais responsáveis pelo controle e monitoramento do presente instrumento e dos servidores do controle interno aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

2.2.1.6. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

2.2.1.7. Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

2.2.1.8. Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet, caso possua, em sua sede e nos estabelecimentos em que exerça suas ações, em local visível, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, no mínimo:

2.2.1.8.1. Data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

2.2.1.8.2. Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

2.2.1.8.3. Descrição do objeto da parceria;

2.2.1.8.4. Valor total da parceria e valores liberados;

2.2.1.8.5. Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;



2.2.1.8.6. Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1.** O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), a ser repassado em 24 parcelas mensais de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)**, cada parcela, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, único anexo deste instrumento.
- 3.2.** A Administração Pública Municipal transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, os recursos, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária: **10.302.1003.2052- 33.50.43.00 - FICHA 509 - FONTE 1.02 e as que vierem a substituir.**

4. CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.1.1. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária em instituição financeira pública.

4.2. É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.



5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

- 5.2.1. Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- 5.2.2. Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- 5.2.3. Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- 5.2.4. Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- 5.2.5. Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- 5.2.6. Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- 5.2.7. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo de Fomento tem **24 (vinte e quatro) meses - 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2024**, a partir de sua assinatura, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho, produzindo efeitos jurídicos após a sua publicação no Diário Oficial do Município.

6.2. Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3. Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o MUNICÍPIO promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.



6.4. Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

7.1.1. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

7.1.2. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

7.1.3. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

7.1.4. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

7.1.5. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

7.2.1. Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

7.2.2. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Hugo Lázaro Marques Martini
Procurador Geral – OAB/MG 113.20
Município de João Monlevade



8.1. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- 8.1.1. Extrato da conta bancária específica;
- 8.1.2. Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;
- 8.1.3. Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- 8.1.4. Material comprobatório do cumprimento do objeto tais como: fotos, vídeos ou outros suportes;
- 8.1.5. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- 8.1.6. Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

8.2. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

8.3. A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas na Lei nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 112/2018, além de prazos e normas de elaboração constantes do instrumento de parceria e do plano de trabalho.

8.4. A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

8.4.1. **Relatório de execução do objeto**, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.4.2. **Relatório de execução financeira**, elaborado pela organização da sociedade civil, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.5. A Administração pública Municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

8.5.1. Relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

8.5.2. Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.



8.6. Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

- 8.6.1.** Os resultados já alcançados e seus benefícios;
- 8.6.2.** Os impactos econômicos ou sociais;
- 8.6.3.** O grau de satisfação do público-alvo;
- 8.6.4.** A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.7. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

- 8.7.1.** Aprovação da prestação de contas;
- 8.7.2.** Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- 8.7.3.** Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.8. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

8.9. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

8.10. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.11. A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

8.12. O transcurso do prazo definido nos termos do **item 8.11** sem que as contas tenham sido apreciadas:

8.12.1. Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

8.12.2. Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente





apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.13. As prestações de contas serão avaliadas:

8.13.1. Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

8.13.2. Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

8.13.3. Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

8.13.3.1. Omissão no dever de prestar contas;

8.13.3.2. Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

8.13.3.3. Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

8.13.3.4. Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.14. O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.15. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.16. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

9. CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1. A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2. Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3. As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do



ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos serem encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4. É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e do Decreto nº 112/2018, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

10.1.3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos itens 10.1.1 e 10.1.2.

10.2. As sanções estabelecidas nos itens 10.1.1 e 10.1.2 são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.3. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.4. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1. Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.



11.2. Equiparam-se a bens remanescentes, os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3. Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil egravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização Donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

11.5. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Fomento poderá ser:

12.1.1. Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

12.1.2. Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

12.1.2.1. Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

12.1.2.2. Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

12.1.2.3. Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

12.1.2.4. Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1. A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública Municipal após a sua assinatura.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

14.1. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

14.1.1. As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

14.1.2. As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco dias);

14.1.3. As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de João Monlevade - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

João Monlevade, 29 de março de 2022.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO

Prefeito Municipal de João Monlevade

LÁZARA MARIA DA SILVA

Presidente da ASSUME - Associação Usuários Serviço Saúde Mental de João Monlevade

PLANO DE TRABALHO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022

Projeto - Espaço Convivência

Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014

1. DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE



ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE – ASSUME		CNPJ: 05.783.206/0001-59	
ENDEREÇO: Rua Rodrigues Alves, nº 395, Bairro República			
CIDADE: JOÃO MONLEVADE	U.F: MG	CEP: 35930-092	DDD/TELEFONE: (31) 98776-3163
			E-MAIL: assumejm@outlook.com
			SITE.: https://www.facebook.com/pg/AssumeJM/about/
NOME DO PRESIDENTE: Lázara Maria da Silva		CPF: 512.157.056-20	
		C.I./ÓRGÃO EXPEDIDOR: MG-6.821.352	
ENDEREÇO: Rua Magalhães Pinto, nº. 164, Bairro Cruzeiro Celeste			
CIDADE: JOÃO MONLEVADE	U.F: MG	CEP: 35931-107	DDD/TELEFONE: (31) 995841025
			Email: assumejm@outlook.com
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL : Lei Federal 13.019/2014 e Decreto Municipal 112/2018			

2. OBJETIVO GERAL:

Possibilitar o funcionamento do espaço de atividades “ESPAÇO CONVIVÊNCIA”, que oferece atividades de terapia ocupacional aos usuários do serviço de saúde mental da cidade de João Monlevade

3. PÚBLICO ALVO

Usuários dos serviços de saúde mental do município.

PLANO DE TRABALHO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022

Projeto - Espaço Convivência

Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014



4. JUSTIFICATIVA E DIAGNÓSTICO DA REALIDADE:

A ASSUME propõe este projeto de trabalho, como uma proposta de atenção comprometida de fato com o desenvolvimento de novas formas de atenção, que melhorem a qualidade de vida e garantam o direito de cidadania dos usuários do serviço de saúde mental de João Monlevade. O Espaço Convivência surge nessa estrutura, como um espaço de expressão e criação, propiciador de inclusão social, onde o que se opera não é o tratamento por princípio, mas a oferta de atividades criativas e diferenciadas, relacionadas à cultura, sendo as oficinas seu elemento organizador.

5. TEMPO DE EXPERIÊNCIA DA ENTIDADE NA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DESCRITA NO PLANO DE TRABALHO

DATA DE CRIAÇÃO: 29/09/1997

TEMPO DE EXPERIÊNCIA: 24 (vinte e quatro anos)

6. OBJETIVO E RESULTADOS ESPERADOS:

As oficinas oportunizam mediante o trabalho e a expressão artística, espaços de socialização, interação, reconstrução e reinserção social. Nas oficinas o sujeito tem liberdade de se expressar, sendo capaz de lidar com seus medos e inseguranças, bem como de realizar trocas de experiências e de gerar renda.

7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Promover a socialização do paciente junto à sociedade; oferecer oficinas de capacitação para os pacientes; oferecer atividades culturais e pedagógicas aos pacientes.

PLANO DE TRABALHO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022
Projeto - Espaço Convivência
Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014



2022

8. DESCRIÇÃO DE METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:

META/OBJETIVO	MEIOS DE REALIZAÇÃO	PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO
Manutenção do Espaço Convivência	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento do Aluguel e IPTU da sede do espaço convivência. • Pagamento de taxa de alvará de licenciamento (anual) • Pagamento de despesas relativas aos gastos com água, luz, telefone, internet, incluindo instalação. • Serviço Contábil e administrativo da sede do Espaço Convivência. • Limpeza da sede 	ABRIL DE 2022 A 31 DE MARÇO DE 2024
Disponibilização de atividades de artesanato, lúdicas, de lazer e socialização para as pessoas com sofrimento mental de João Monlevade no sentido de propiciar ao cidadão, a chance de retomar a própria vida como sua e como sujeito, respeitando a singularidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de Monitores. • Aquisição de materiais para as oficinas. • Oferecimento de Lanches aos usuários • Aquisição de material de consumo e material permanente (máquina de costura, purificador de água, extintor de incêndio, escada, computador, TV, impressora, se houver saldo remanescente durante a parceria) 	ABRIL DE 2022 A 31 DE MARÇO DE 2024

**PLANO DE TRABALHO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022**

Projeto - Espaço Convivência

Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014



9. DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:

META/OBJETIVO	NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
Manutenção do Espaço Convivência	Média de 10 pessoas mensais	<ul style="list-style-type: none"> • Cotação de preços: mínimo de 3 orçamentos; • Nota fiscal de pagamento de aluguel e comprovante de pagamento do IPTU • Notas Fiscais de comprovação dos gastos com Serviço Contábil e administrativo da sede do Espaço Convivência; • Relatório fotográfico
Disponibilização de atividades de artesanato, lúdicas, de lazer e socialização para as pessoas com sofrimento mental de João Monlevade no sentido de propiciar ao cidadão, a chance de retomar a própria vida como sua e como sujeito, respeitando a singularidade.	Média de 10 pessoas mensais	<ul style="list-style-type: none"> • Cotação de preços: mínimo de 3 orçamentos; • Notas fiscais de pagamentos dos serviços prestados pelos monitores contratados • Lista de presença dos usuários em cada oficina de artesanato realizada na sede; • Notas fiscais de materiais adquiridos para OSC • Comprovante de transferência eletrônica de todos pagamentos efetuados com o recurso da parceria • Lista de presença de todas as atividades oferecidas aos usuários dentro e fora da sede, com a assinatura de todos os participantes; • Relatório fotográfico

- A prestação de contas deverá ser apresentada conforme cronograma encaminhado à OSC pelo Setor de Parcerias.

PLANO DE TRABALHO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022
Projeto - Espaço Convivência
Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014



10.DADOS HISTÓRICOS E TÉCNICOS DA INSTITUIÇÃO:

10.1. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO:

- Auxiliar os usuários de saúde mental/emocional na continuidade dos tratamentos.
- Estimular a luta antimanicomial.
- Inserir o usuário no âmbito social.

10.2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:

Associação de Usuários de Saúde Mental Fundada em 1996 na cidade de João Monlevade, a ASSUME entrou na luta antimanicomial que percorre o Brasil, uma vez que os manicômios não podem ser considerados como forma de tratamento dos usuários de saúde mental. Desde o início, a inserção do usuário no âmbito social e o oferecimento de oficinas para geração de ocupação e renda têm sido suas principais atividades. Sua diretoria é formada por usuários (pessoas constatadas portadoras da deficiência mental) e voluntários.

A ASSUME é detentora de reconhecimento de utilidade pública municipal e estadual e está associada à RENILA (Rede de Internúcleos de Associações), tendo participação mensal no Fórum Mineiro de Saúde Mental, fórum este que através da RENILA organiza a manifestação no dia 18 de maio, dia nacional da luta antimanicomial.

A Rede Internúcleos de Luta Antimanicomial (RENILA), tem como elementos básicos e construtivos os núcleos da luta antimanicomial – organizações autônomas e militantes de portadores de transtorno mental, seus familiares, trabalhadores de Saúde Mental, etc, que empreendam efetivamente, a nível local ou estadual, as ações e os enfrentamentos exigidos pela construção de uma sociedade sem manicômios.

A estrutura do movimento é reticular, de acordo com os princípios que defende, e implica um grau de integração que demanda encontros periódicos e ações conjuntas dos seus núcleos integrantes.

A participação dos portadores de transtorno mental, nos núcleos locais como em âmbito nacional, como porta-vozes de suas questões e protagonistas da luta por seus direitos, é característica essencial e definidora da RENILA.

Atualmente está localizada na sede denominada Espaço de Convivência, que oferece aos usuários oficinas como forma de tratamento relativo à necessidade psicomotora, lazer e cultural, ou seja, laborterapia. As oficinas de tear, pintura, artesanato, dentre outras geram produtos com potencialidade para comercialização e complementação tímida de renda.

PLANO DE TRABALHO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022

Projeto - Espaço Convivência

Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014



2022

10.3. PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO:

Pessoas com transtorno mental, usuários dos serviços de saúde mental do município.

10.4. DEMANDA DA COMUNIDADE:

A demanda de procura dos serviços prestados pela ASSUME em favor da comunidade tem crescido a cada ano, sendo que neste sentido o número de pessoas atendidas pela instituição gira em torno de 15 a 20 usuários por mês.

11. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS:

11.1. PRAZO DA PARCERIA: 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2024.

VALOR TOTAL DA PARCERIA: R\$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais), a ser repassado em 24 parcelas mensais de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

11.2. NATUREZA DA DESPESA:

- 11.2.1. Pagamento de aluguel e impostos referentes ao imóvel;
- 11.2.2. Pagamento de serviços de terceiros;
- 11.2.3. Aquisição de material de consumo;
- 11.2.4. Aquisição de material permanente.

12. COMPLEMENTAÇÃO: A OSC irá complementar o pagamento das despesas, caso necessário, com recurso próprio.

**PLANO DE TRABALHO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022**

Projeto - Espaço Convivência

Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014



13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

CONCEDENTE					
1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	4ª Parcela	5ª Parcela	6ª Parcela
R\$ 5.500,00 ABR/2022	R\$ 5.500,00 MAI/2022	R\$ 5.500,00 JUN/2022	R\$ 5.500,00 JUL/2022	R\$ 5.500,00 AGO/2022	R\$ 5.500,00 SET/2022
7ª Parcela	8ª Parcela	9ª Parcela	10ª Parcela	11ª Parcela	12ª Parcela
R\$ 5.500,00 OUT/2022	R\$ 5.500,00 NOV/2022	R\$ 5.500,00 DEZ/2022	R\$ 5.500,00 JAN/2023	R\$ 5.500,00 FEV/2023	R\$ 5.500,00 MAR/2023
13ª Parcela	14ª Parcela	15ª Parcela	16ª Parcela	17ª Parcela	18ª Parcela
R\$ 5.500,00 ABR/2023	R\$ 5.500,00 MAI/2023	R\$ 5.500,00 JUN/2023	R\$ 5.500,00 JUL/2023	R\$ 5.500,00 AGO/2023	R\$ 5.500,00 SET/2023
19ª Parcela	20ª Parcela	21ª Parcela	22ª Parcela	23ª Parcela	24ª Parcela
R\$ 5.500,00 OUT/2023	R\$ 5.500,00 NOV/2023	R\$ 5.500,00 DEZ/2023	R\$ 5.500,00 JAN/2024	R\$ 5.500,00 FEV/2024	R\$ 5.500,00 MAR/2024

14. INFORMAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA

14.1. BANCO:	Banco do Brasil
14.2. Código da Agência:	2220-9
14.3. Número da conta corrente:	54812-X

João Monlevade, 29 de março de 2022.

Lázara Maria da Silva

Presidente da ASSUME – Associação de Usuários do Serviço Saúde Mental de João Monlevade

Conferido e Aprovado

João Monlevade, 29 de março de 2022.

CARIMBO E ASSINATURA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE



MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE FOMENTO Nº. 04/2022

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE
MENTAL DE JOÃO

MONLEVADE, inscrita no CNPJ sob nº. 05.783.206/0001-59

Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objeto possibilitar o funcionamento do espaço de atividades "ESPAÇO CONVIVÊNCIA", que oferece atividades de terapia

ocupacional aos usuários do serviço de saúde mental da cidade de João Monlevade,

conforme detalhado no plano de trabalho, referente à Dispensa de Chamamento Público Nº.

04/2022.

Valor Global: R\$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais)

Dotação orçamentária: 10.302.1003.2052- 33.50.43.00 -

FICHA 509 - FONTE 1.02

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses. Data: 29/03/2022.

RAQUEL DE SOUZA PAIVA DRUMOND

Secretaria Municipal de Saúde

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Elisangela Bicalho Silva

Código Identificador:0C9DE85C

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros

no dia 31/03/2022. Edição 3232

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>

Isadora Maria da Silva



JOÃO MONLEVADE

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022

O **MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE**, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Rua Geraldo Miranda, nº 337, Carneirinhos, João Monlevade – MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.401.059/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO**, RG nº M-179.239 SSP/MG, CPF nº 195.086.896-68, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE**, inscrito no CNPJ sob nº. 05.783.206/0001-59, com sede na Av. Rodrigues Alves, nº 395, Bairro República, João Monlevade / MG - CEP: 35.930-092, neste ato, representada pela Presidente da OSC, Sr.^a **LÁZARA MARIA DA SILVA**, portadora da RG nº MG-6.821.352, e inscrita no CPF sob o nº 512.157.056-20, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO**, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, e Decreto Municipal 112/2018, consoante o processo administrativo de Dispensa de Chamamento Público nº 06/2022 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O presente instrumento tem por objeto:

- a) Alterar a Cláusula Terceira – DOS RECURSOS FINANCEIROS do Termo de Fomento originário;
- b) Adequar o Plano de Trabalho originário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. Fica acrescido o valor de **R\$ 5.500,00** (Cinco mil e quinhentos s reais) na Cláusula Terceira, item 3.1, do Termo de Fomento 04/2022, que será repassado em **11 parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.



JOÃO MONLEVADE

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024



3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO

3.1. Fica alterado o PLANO DE TRABALHO em consonância com o acréscimo de valor citado neste aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do **Termo de Fomento nº 04/2022**, naquilo que não conflitarem com o disposto no Decreto Municipal nº 112/2018, especialmente no que concerne ao Plano de Trabalho.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de João Monlevade - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

João Monlevade, 28 de abril de 2023.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO

Prefeito Municipal de João Monlevade

LÁZARA MARIA DA SILVA

Presidente Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental de João Monlevade

PLANO DE TRABALHO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO

TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022

Projeto - Espaço Convivência

Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014

1. DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE



ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE – ASSUME			CNPJ: 05.783.206/0001-59
ENDEREÇO: Rua Rodrigues Alves, nº 395, Bairro República			
CIDADE: JOÃO MONLEVADE	U.F.: MG	CEP: 35930-092	DDD/TELEFONE: (31) 98776-3163
			E-MAIL: assumejm@outlook.com
			SITE.: https://www.facebook.com/pg/AssumeJM/about/
NOME DO PRESIDENTE: Lázara Maria da Silva		CPF: 512.157.056-20	
		C.I./ÓRGÃO EXPEDIDOR: MG-6.821.352	
ENDEREÇO: Rua Magalhães Pinto, nº. 164, Bairro Cruzeiro Celeste			
CIDADE: JOÃO MONLEVADE	U.F.: MG	CEP: 35931-107	DDD/TELEFONE: (31) 995841025 Email: assumejm@outlook.com
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL : Lei Federal 13.019/2014 e Decreto Municipal 112/2018			

2. OBJETIVO GERAL:

Possibilitar o funcionamento do espaço de atividades “ESPAÇO CONVIVÊNCIA”, que oferece atividades de terapia ocupacional aos usuários do serviço de saúde mental da cidade de João Monlevade

3. PÚBLICO ALVO

Usuários dos serviços de saúde mental do município.

PLANO DE TRABALHO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022
Projeto - Espaço Convivência
Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014



4. JUSTIFICATIVA E DIAGNÓSTICO DA REALIDADE:

A ASSUME propõe este projeto de trabalho, como uma proposta de atenção comprometida de fato com o desenvolvimento de novas formas de atenção, que melhorem a qualidade de vida e garantam o direito de cidadania dos usuários do serviço de saúde mental de João Monlevade. O Espaço Convivência surge nessa estrutura, como um espaço de expressão e criação, propiciador de inclusão social, onde o que se opera não é o tratamento por princípio, mas a oferta de atividades criativas e diferenciadas, relacionadas à cultura, sendo as oficinas seu elemento organizador.

5. TEMPO DE EXPERIÊNCIA DA ENTIDADE NA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DESCRITA NO PLANO DE TRABALHO

DATA DE CRIAÇÃO: 29/09/1997

TEMPO DE EXPERIÊNCIA: 24 (vinte e quatro anos)

6. OBJETIVO E RESULTADOS ESPERADOS:

As oficinas oportunizam mediante o trabalho e a expressão artística, espaços de socialização, interação, reconstrução e reinserção social. Nas oficinas o sujeito tem liberdade de se expressar, sendo capaz de lidar com seus medos e inseguranças, bem como de realizar trocas de experiências e de gerar renda.

7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Promover a socialização do paciente junto à sociedade; oferecer oficinas de capacitação para os pacientes; oferecer atividades culturais e pedagógicas aos pacientes.

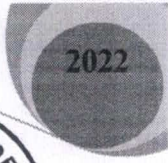
PLANO DE TRABALHO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022
Projeto - Espaço Convivência
Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014



8. DESCRIÇÃO DE METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:

META/OBJETIVO	MEIOS DE REALIZAÇÃO	PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO
Manutenção do Espaço Convivência	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento do Aluguel e IPTU da sede do espaço convivência. • Pagamento de taxa de alvará de licenciamento (anual) • Pagamento de despesas relativas aos gastos com água, luz, telefone, internet, incluindo instalação. • Serviço Contábil e administrativo da sede do Espaço Convivência. • Limpeza da sede 	ABRIL DE 2022 A 31 DE MARÇO DE 2024
Disponibilização de atividades de artesanato, lúdicas, de lazer e socialização para as pessoas com sofrimento mental de João Monlevade no sentido de propiciar ao cidadão, a chance de retomar a própria vida como sua e como sujeito, respeitando a singularidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de Monitores. • Aquisição de materiais para as oficinas. • Oferecimento de Lanches aos usuários • Aquisição de material de consumo e material permanente (máquina de costura, purificador de água, extintor de incêndio, escada, computador, TV, impressora, se houver saldo remanescente durante a parceria) 	ABRIL DE 2022 A 31 DE MARÇO DE 2024

PLANO DE TRABALHO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022
Projeto - Espaço Convivência
Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014



9. DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:

META/OBJETIVO	NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
Manutenção do Espaço Convivência	Média de 10 pessoas mensais	<ul style="list-style-type: none"> • Cotação de preços: mínimo de 3 orçamentos; • Nota fiscal de pagamento de aluguel e comprovante de pagamento do IPTU • Notas Fiscais de comprovação dos gastos com Serviço Contábil e administrativo da sede do Espaço Convivência; • Relatório fotográfico
Disponibilização de atividades de artesanato, lúdicas, de lazer e socialização para as pessoas com sofrimento mental de João Monlevade no sentido de propiciar ao cidadão, a chance de retomar a própria vida como sua e como sujeito, respeitando a singularidade.	Média de 10 pessoas mensais	<ul style="list-style-type: none"> • Cotação de preços: mínimo de 3 orçamentos; • Notas fiscais de pagamentos dos serviços prestados pelos monitores contratados • Lista de presença dos usuários em cada oficina de artesanato realizada na sede; • Notas fiscais de materiais adquiridos para OSC • Comprovante de transferência eletrônica de todos pagamentos efetuados com o recurso da parceria • Lista de presença de todas as atividades oferecidas aos usuários dentro e fora da sede, com a assinatura de todos os participantes; • Relatório fotográfico

- A prestação de contas deverá ser apresentada após 10 dias a contar do recebimento da parcela.

PLANO DE TRABALHO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022
Projeto - Espaço Convivência
Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014

2022



10. DADOS HISTÓRICOS E TÉCNICOS DA INSTITUIÇÃO:

10.1. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO:

- Auxiliar os usuários de saúde mental/emocional na continuidade dos tratamentos.
- Estimular a luta antimanicomial.
- Inserir o usuário no âmbito social.

10.2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:

Associação de Usuários de Saúde Mental Fundada em 1996 na cidade de João Monlevade, a ASSUME entrou na luta antimanicomial que percorre o Brasil, uma vez que os manicômios não podem ser considerados como forma de tratamento dos usuários de saúde mental. Desde o início, a inserção do usuário no âmbito social e o oferecimento de oficinas para geração de ocupação e renda têm sido suas principais atividades. Sua diretoria é formada por usuários (pessoas constatadas portadoras da deficiência mental) e voluntários.

A ASSUME é detentora de reconhecimento de utilidade pública municipal e estadual e está associada à RENILA (Rede de Internúcleos de Associações), tendo participação mensal no Fórum Mineiro de Saúde Mental, fórum este que através da RENILA organiza a manifestação no dia 18 de maio, dia nacional da luta antimanicomial.

A Rede Internúcleos de Luta Antimanicomial (RENILA), tem como elementos básicos e construtivos os núcleos da luta antimanicomial – organizações autônomas e militantes de portadores de transtorno mental, seus familiares, trabalhadores de Saúde Mental, etc, que empreendam efetivamente, a nível local ou estadual, as ações e os enfrentamentos exigidos pela construção de uma sociedade sem manicômios.

A estrutura do movimento é reticular, de acordo com os princípios que defende, e implica um grau de integração que demanda encontros periódicos e ações conjuntas dos seus núcleos integrantes.

A participação dos portadores de transtorno mental, nos núcleos locais como em âmbito nacional, como porta-vozes de suas questões e protagonistas da luta por seus direitos, é característica essencial e definidora da RENILA.

Atualmente está localizada na sede denominada Espaço de Convivência, que oferece aos usuários oficinas como forma de tratamento relativo à necessidade psicomotora, lazer e cultural, ou seja, laborterapia. As oficinas de tear, pintura, artesanato, dentre outras geram produtos com potencialidade para comercialização e complementação tímida de renda.

**PLANO DE TRABALHO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022**

Projeto - Espaço Convivência

Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014



10.3. PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO:

Pessoas com transtorno mental, usuários dos serviços de saúde mental do município.

10.4. DEMANDA DA COMUNIDADE:

A demanda de procura dos serviços prestados pela ASSUME em favor da comunidade tem crescido a cada ano, sendo que neste sentido o número de pessoas atendidas pela instituição gira em torno de 15 a 20 usuários por mês.

11. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS:

11.1. PRAZO DA PARCERIA: 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2024.

11.2. VALOR DA PARCERIA: R\$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais), a ser repassado em 24 parcelas mensais de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

11.3. VALOR DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO: R\$ 5.500,00 a ser repassado em 11 parcelas mensais de R\$ 500,00 (cinquenta reais)

11.4. VALOR TOTAL DA PARCERIA: R\$ 137.500,00 (Cento e trinta sete reais, quinhentos reais)

11.5. NATUREZA DA DESPESA:

- 11.5.1. Pagamento de aluguel e impostos referentes ao imóvel;
- 11.5.2. Pagamento de serviços de terceiros;
- 11.5.3. Aquisição de material de consumo;
- 11.5.4. Aquisição de material permanente.

12. COMPLEMENTAÇÃO: A OSC irá complementar o pagamento das despesas, caso necessário, com recurso próprio.

PLANO DE TRABALHO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022
Projeto - Espaço Convivência
Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014



13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

CONCEDENTE					
1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	4ª Parcela	5ª Parcela	6ª Parcela
R\$ 5.500,00 ABR/2022	R\$ 5.500,00 MAI/2022	R\$ 5.500,00 JUN/2022	R\$ 5.500,00 JUL/2022	R\$ 5.500,00 AGO/2022	R\$ 5.500,00 SET/2022
7ª Parcela	8ª Parcela	9ª Parcela	10ª Parcela	11ª Parcela	12ª Parcela
R\$ 5.500,00 OUT/2022	R\$ 5.500,00 NOV/2022	R\$ 5.500,00 DEZ/2022	R\$ 5.500,00 JAN/2023	R\$ 5.500,00 FEV/2023	R\$ 5.500,00 MAR/2023
13ª Parcela	14ª Parcela	15ª Parcela	16ª Parcela	17ª Parcela	18ª Parcela
R\$ 5.500,00 ABR/2023	R\$ 6.000,00 MAI/2023	R\$ 6.000,00 JUN/2023	R\$ 6.000,00 JUL/2023	R\$ 6.000,00 AGO/2023	R\$ 6.000,00 SET/2023
19ª Parcela	20ª Parcela	21ª Parcela	22ª Parcela	23ª Parcela	24ª Parcela
R\$ 6.000,00 OUT/2023	R\$ 6.000,00 NOV/2023	R\$ 6.000,00 DEZ/2023	R\$ 6.000,00 JAN/2024	R\$ 6.000,00 FEV/2024	R\$ 6.000,00 MAR/2024

14. INFORMAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA

14.1.	BANCO: Banco do Brasil
14.2.	Código da Agência: 2220-9
14.3.	Número da conta corrente: 54.812-X

João Monlevade, 28 de abril de 2023.

Lázara Maria da Silva

Lázara Maria da Silva

Presidente da ASSUME – Associação de Usuários do Serviço Saúde Mental de João Monlevade

Conferido e Aprovado

João Monlevade, 28 de abril de 2023.

Assinatura

CARIMBO E ASSINATURA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE**



**MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022**

O **MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE**, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Rua Geraldo Miranda, nº 337, Carneirinhos, João Monlevade – MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.401.059/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO**, RG nº M-179.239 SSP/MG, CPF nº 195.086.896-68, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE**, inscrito no CNPJ sob nº 05.783.206/0001-59, com sede na Av. Rodrigues Alves, nº 395, Bairro República, João Monlevade / MG - CEP: 35.930-092, neste ato, representada pela Presidente da OSC, Sr.^a **LÁZARA MARIA DA SILVA**, portadora da RG nº MG-6.821.352, e inscrita no CPF sob o nº 512.157.056-20, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO**, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, e Decreto Municipal 112/2018, consoante o processo administrativo de Dispensa de Chamamento Público nº 06/2022 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O presente instrumento tem por objeto:
Alterar a Cláusula Terceira – **DOS RECURSOS FINANCEIROS** do Termo de Fomento originário; Adequar o Plano de Trabalho originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. Fica acrescido o valor de **R\$ 5.500,00** (Cinco mil e quinhentos reais) na Cláusula Terceira, item 3.1, do Termo de Fomento 04/2022, que será repassado em **11 parcelas mensais de R\$ 500,00** (quinhentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO

3.1. Fica alterado o **PLANO DE TRABALHO** em consonância com o acréscimo de valor citado neste aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do **Termo de Fomento nº 04/2022**, naquilo que não conflitarem com o disposto no Decreto Municipal nº 112/2018, especialmente no que concerne ao Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de João Monlevade - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

João Monlevade, 28 de abril de 2023.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO

Prefeito Municipal de João Monlevade

LÁZARA MARIA DA SILVA

Presidente Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental de João Monlevade



Publicado por:
Kátia Cristina Angelo Passos
Código Identificador:8B9A9E5D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros
no dia 02/05/2023. Edição 3505
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>



1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES:

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE – ASSUME JM, situada a Av. Rodrigues Alves, nº 395, Bairro República, João Monlevade, Minas Gerais, CEP: 35.930-092, CNPJ:05.783.206/0001-59

CONTRATADA: PRECISA CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTABIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.118.839/0001-24, com endereço à Av. Gentil Bicalho, nº 699, Bairro Carneirinhos, desta cidade de JOÃO MONLEVADE, Estado de MINAS GERAIS.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços Contábeis, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Por mútuo acordo entre as partes, o valor da prestação de serviços contábeis passará a ser de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais;

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente aditivo tem aplicação imediata.

CLÁUSULA TERCEIRA: O contrato de prestação de serviços contábeis firmado fica ratificado em todos os seus termos, cláusulas e condições não expressamente alteradas por este documento, que àquele se integra, formando um todo, único e indivisível para todos os efeitos legais.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor.

João Monlevade, 02 de maio de 2023

Suzana Maria da Silva

Associação de Usuários do Serviço de Saúde Mental de João Monlevade – ASSUME JM

[Assinatura]

Precisa Consultoria E Assessoria Contabil Ltda

contato@contabilidadeprecisa.com

Precisa Consultoria e Assessoria Contábil Ltda

Av. Gentil Bicalho, nº 699, Bairro JK-João Monlevade/MG-CEP 35930-478

Tel/Fax.: (31) 3851-4652



TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUTÔNOMO

ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE- ASSUME JM, situada na Avenida Rodrigues Alves, n.º 395, Bairro República, João Monlevade/MG, CEP: 35.930-092, inscrita no CNPJ n.º 05.783.206/0001-59, entidade de Utilidade Pública, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado, **ELENICE DE PAULA SEVERINO ALBERTO**, MEI, estabelecida à Rua Cassimiro de Abreu, 66-A, Bairro Palmares, CNPJ 30.063.780/0001-80, doravante denominada simplesmente, **CONTRATADA**, abaixo assinada, tem entre si como justo e convencionado o seguinte aditivo ao contrato de prestação de serviço autônomo firmado:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Por mútuo acordo entre as partes, o horário da prestação de serviços da **CONTRATADA** passará a ser de 30 horas semanais, a serem cumpridas conforme as necessidades da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor hora dos serviços efetivamente prestados passarão a ser no valor de R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente aditivo tem aplicação imediata.

CLÁUSULA QUARTA: O contrato de prestação de serviço autônomo firmado fica ratificado em todos os seus termos, cláusulas e condições não expressamente alteradas por este documento, que àquele se integra, formando um todo, único e indivisível para todos os efeitos legais.

Assinados por ambas as partes, em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

João Monlevade, 02 de Maio de 2023.

Sabara Maria da Silva

ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO
MONLEVADE- ASSUME JM
CNPJ n.º 05.783.206/0001-59

Elenice de Paula Severino Alberto

ELENICE DE PAULA SEVERINO ALBERTO
CNPJ n.º 30.063.780/0001-80

TESTEMUNHAS:

1)

Antônio Verissimo

2)

[Signature]



TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AUTÔNOMO

ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE- ASSUME JM, situada na Avenida Rodrigues Alves, n.º 395, Bairro República, João Monlevade/MG, CEP: 35.930-092, inscrita no CNPJ n.º 05.783.206/0001-59, entidade de Utilidade Pública, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado, **GERALDA APARECIDA MARCELINO DOS SANTOS**, MEI inscrita no CNPJ n.º 16.097.291/0001-18, estabelecida na Rua José de Alencar, n.º 575, Bairro Palmares, João Monlevade/MG, CEP: 35.931-047, doravante denominada simplesmente, **CONTRATADA**, abaixo assinada, tem entre si como justo e convencionado o seguinte aditivo ao contrato de prestação de serviço autônomo firmado:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Por mútuo acordo entre as partes, o horário da prestação de serviços da **CONTRATADA** passará a ser de 30 horas semanais, a serem cumpridas conforme as necessidades da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor hora dos serviços efetivamente prestados passarão a ser no valor de R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente aditivo tem aplicação imediata.

CLÁUSULA QUARTA: O contrato de prestação de serviço autônomo firmado fica ratificado em todos os seus termos, cláusulas e condições não expressamente alteradas por este documento, que àquele se integra, formando um todo, único e indivisível para todos os efeitos legais.

Assinados por ambas as partes, em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

João Monlevade, 02 de Maio de 2023.

Barbara Maria da Silva

**ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO
MONLEVADE- ASSUME JM
CNPJ n.º 05.783.206/0001-59**

Geralda Aparecida Marcelino dos Santos

**GERALDA APARECIDA MARCELINO DOS SANTOS
CNPJ n.º 16.097.291/0001-18**

TESTEMUNHAS:

- 1) *Antônio Veríssimo*
- 2) *[Assinatura]*

ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE -
ASSUME

Ofício nº ____/2024

João Monlevade, 28 de novembro de 2024

Ao Senhor Prefeito Drº Laercio,

Assunto: Solicitação de prorrogação do prazo do Termo de Fomento nº 04/2022

Prezado Senhor Prefeito Drº Laercio

A Associação de Usuários do Serviço Mental de João Monlevade (ASSUME) entidade sem fins lucrativos, vem, por meio deste, solicitar a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Fomento nº 04/2022 por um período adicional de 30 dias.

Adicionalmente, solicitamos que seja efetuado o repasse de parcela única no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no mês de janeiro, a fim de viabilizar a execução plena do plano de trabalho.

Reafirmamos nosso compromisso com a correta aplicação dos recursos e nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários ou apresentar documentos complementares para instrução deste pedido.

Na expectativa de um parecer favorável, agradecemos desde já pela atenção e renovamos nossa disposição em contribuir para o fortalecimento desta parceria em benefício da comunidade.

Atenciosamente,

Maria Gorete da Silva

Maria Gorete da Silva
Vice Presidente da Instituição

Recebido!
27/11/24
[Assinatura]





TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022

O **MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE**, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Rua Geraldo Miranda, nº 337, Nossa Senhora da Conceição, João Monlevade – MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.401.059/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO**, RG nº M-179.239 SSP/MG, CPF nº 195.086.896-68, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE**, inscrito no CNPJ sob nº. 05.783.206/0001-59, com sede na Av. Rodrigues Alves, nº 395, Bairro República, João Monlevade / MG - CEP: 35.930-092, neste ato, representada pela Vice Presidente da OSC, Sra. **MARIA GORETE DA SILVA**, brasileira, casada, aposentada, RG: MG-5.222.327, CPF: 628.084.436-68, residente à Rua Alonso B. Leite, 105, Bairro Nova Esperança, João Monlevade/MG, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o presente **TERCEIRO TERMO ADITIVO**, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, e Decreto Municipal 112/2018, consoante o processo administrativo de Dispensa de Chamamento Público nº 06/2022 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O presente instrumento tem por objeto:

- a) Alterar a Cláusula Terceira – DOS RECURSOS FINANCEIROS do Termo de Fomento originário;
- b) Alterar a Cláusula Sexta - DA VIGÊNCIA do Termo de Fomento originário;
- c) Adequar o Plano de Trabalho originário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. Fica acrescido o valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais) na Cláusula Terceira, item 3.1, do Termo de Fomento 04/2022, que será repassado em **única parcela** no valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. Será alterado o prazo previsto na Cláusula Sexta, item 6.1, do **Termo de Fomento**

Rua Geraldo Miranda, 337, Carneirinhos – João Monlevade/MG – CEP: 35930-027
Fone: (31) 3859-2500 – CNPJ: 18.401.059/0001-57 – www.pmjm.mg.gov.br

Frederico Magalhães Pessoa
Assessor Especial - CABMG 116.476
Município de João Monlevade
124
João Monlevade
H.



04/2022, a fim de adequá-lo ao novo Plano de Trabalho. Este Termo Aditivo terá início em **01 de janeiro de 2025** com encerramento da parceria em **31 de janeiro de 2025**.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO

4.1. Fica alterado o PLANO DE TRABALHO em consonância com o acréscimo de valor e prorrogação da vigência citados neste aditivo.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do **Termo de Fomento nº 04/2022**, naquilo que não conflitam com o disposto no Decreto Municipal nº 112/2018, especialmente no que concerne ao Plano de Trabalho.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de João Monlevade - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

João Monlevade, 16 de dezembro de 2024.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO

Prefeito Municipal de João Monlevade

MARIA GORETE DA SILVA

Vice Presidente Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental de João Monlevade



PLANO DE TRABALHO – TERCEIRO TERMO ADITIVO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022
Projeto - Espaço Convivência
Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014

1. DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE

OSC: ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE – ASSUME			CNPJ: 05.783.206/0001-59
ENDEREÇO: Rua Rodrigues Alves, nº 395, Bairro República			
CIDADE: JOÃO MONLEVADE	U.F: MG	CEP: 35930-092	TELEFONE: (31) 98776-3163
			E-MAIL: assumejm@outlook.com
NOME DA VICE PRESIDENTE: MARIA GORETE DA SILVA			CPF: 628.084.436-68
			RG: MG-5.222.327
ENDEREÇO: Rua Alonso B. Leite, 105, Bairro Nova Esperança			
CIDADE: JOÃO MONLEVADE	U.F: MG	CEP: 35931-335	DDD/TELEFONE: (31) 99997-7563 Email: assumejm@outlook.com
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 13.019/2014 e Decreto Municipal 112/2018			

2. OBJETIVO GERAL:

Possibilitar o funcionamento do espaço de atividades "ESPAÇO CONVIVÊNCIA", que oferece atividades de terapia ocupacional aos usuários do serviço de saúde mental da cidade de João Monlevade.

3. PÚBLICO ALVO

Usuários dos serviços de saúde mental do município.

4. JUSTIFICATIVA E DIAGNÓSTICO DA REALIDADE:

A ASSUME propõe este projeto de trabalho, como uma proposta de atenção comprometida de fato com o



PLANO DE TRABALHO – TERCEIRO TERMO ADITIVO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022
Projeto - Espaço Convivência
Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014

desenvolvimento de novas formas de atenção, que melhorem a qualidade de vida e garantam o direito de cidadania dos usuários do serviço de saúde mental de João Monlevade. O Espaço Convivência surge nessa estrutura, como um espaço de expressão e criação, propiciador de inclusão social, onde o que se opera não é o tratamento por princípio, mas a oferta de atividades criativas e diferenciadas, relacionadas à cultura, sendo as oficinas seu elemento organizador.

5. TEMPO DE EXPERIÊNCIA DA ENTIDADE NA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DESCRITA NO PLANO DE TRABALHO

DATA DE CRIAÇÃO: 28/08/1996	TEMPO DE EXPERIÊNCIA: 27 (vinte e sete anos)
-----------------------------	--

6. OBJETIVO E RESULTADOS ESPERADOS:

As oficinas oportunizam mediante o trabalho e a expressão artística, espaços de socialização, interação, reconstrução e reinserção social. Nas oficinas o sujeito tem liberdade de se expressar, sendo capaz de lidar com seus medos e inseguranças, bem como de realizar trocas de experiências e de gerar renda.

7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Promover a socialização do paciente junto à sociedade; oferecer oficinas de capacitação para os pacientes; oferecer atividades culturais e pedagógicas aos pacientes.

8. DESCRIÇÃO DE METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:

META/OBJETIVO	MEIOS DE REALIZAÇÃO	PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO
1) Manter a escrituração da OSC de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.	- Pagamento de honorários contábeis.	Durante vigência da parceria
2) Disponibilizar atividades de artesanato, lúdicas, de lazer e socialização para as pessoas com sofrimento mental de João	- Contratação de Monitores para oficinas de artesanato. - Aquisição de materiais para as oficinas.	Durante vigência da parceria

PLANO DE TRABALHO – TERCEIRO TERMO ADITIVO**TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022****Projeto - Espaço Convivência****Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014**

Monlevade no sentido de propiciar ao cidadão, a chance de retomar a própria vida como sua e como sujeito, respeitando a singularidade.	- Aquisição de gêneros alimentícios para oferecimento de lanches aos usuários. - Aquisição de recarga de gás de cozinha.	
--	---	--

9. DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:

META/OBJETIVO	NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
1) Manter a escrituração da OSC de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.	Toda comunidade da OSC	- Cotação de preços: mínimo de 3 orçamentos; - Nota Fiscal eletrônica - Comprovante de pagamento através de transferência eletrônica
2) Disponibilizar atividades de artesanato, lúdicas, de lazer e socialização para as pessoas com sofrimento mental de João Monlevade no sentido de propiciar ao cidadão, a chance de retomar a própria vida como sua e como sujeito, respeitando a singularidade.	Média de 10 (dez) pessoas por dia	- Cotação de preços: mínimo de 3 orçamentos; - Contrato de prestação de serviços - Nota fiscal eletrônica; - Comprovante de transferência eletrônica de todos pagamentos efetuados com o recurso da parceria; - Relatório de horas trabalhadas das monitoras - Lista de presença dos usuários, diariamente, com a assinatura; - Ficha de encaminhamento do usuário pelo SÉSAMO - Relatório fotográfico

- A prestação de contas deverá ser apresentada após 10 dias a contar do recebimento da parcela.

PLANO DE TRABALHO – TERCEIRO TERMO ADITIVO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022
Projeto - Espaço Convivência
Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014

10.DADOS HISTÓRICOS E TÉCNICOS DA INSTITUIÇÃO:

10.1. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO:

- Auxiliar os usuários de saúde mental/emocional na continuidade dos tratamentos.
- Estimular a luta antimanicomial.
- Inserir o usuário no âmbito social.

10.2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:

Associação de Usuários de Saúde Mental Fundada em 1996 na cidade de João Monlevade, a ASSUME entrou na luta antimanicomial que percorre o Brasil, uma vez que os manicômios não podem ser considerados como forma de tratamento dos usuários de saúde mental. Desde o início, a inserção do usuário no âmbito social e o oferecimento de oficinas para geração de ocupação e renda têm sido suas principais atividades. Sua diretoria é formada por usuários (pessoas constatadas portadoras da deficiência mental) e voluntários.

A ASSUME é detentora de reconhecimento de utilidade pública municipal e estadual e está associada à RENILA (Rede de Internúcleos de Associações), tendo participação mensal no Fórum Mineiro de Saúde Mental, fórum este que através da RENILA organiza a manifestação no dia 18 de maio, dia nacional da luta antimanicomial.

A Rede Internúcleos de Luta Antimanicomial (RENILA), tem como elementos básicos e construtivos os núcleos da luta antimanicomial – organizações autônomas e militantes de portadores de transtorno mental, seus familiares, trabalhadores de Saúde Mental, etc, que empreendam efetivamente, a nível local ou estadual, as ações e os enfrentamentos exigidos pela construção de uma sociedade sem manicômios.

A estrutura do movimento é reticular, de acordo com os princípios que defende, e implica um grau de integração que demanda encontros periódicos e ações conjuntas dos seus núcleos integrantes.

A participação dos portadores de transtorno mental, nos núcleos locais como em âmbito nacional, como porta-vozes de suas questões e protagonistas da luta por seus direitos, é característica essencial e definidora da RENILA.

Atualmente está localizada na sede denominada Espaço de Convivência, que oferece aos usuários oficinas como forma de tratamento relativo à necessidade psicomotora, lazer e cultural, ou seja, laborterapia. As oficinas de tear, pintura, artesanato, dentre outras geram produtos com potencialidade para comercialização e complementação tímida de renda.

10.3. PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO:

Pessoas com transtorno mental, usuários dos serviços de saúde mental do município.

PLANO DE TRABALHO – TERCEIRO TERMO ADITIVO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022
Projeto - Espaço Convivência
Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014

10.4. DEMANDA DA COMUNIDADE:

A demanda de procura dos serviços prestados pela ASSUME em favor da comunidade tem crescido a cada ano, sendo que neste sentido o número de pessoas atendidas pela instituição gira em torno de 15 a 20 usuários por mês.

11. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS:

11.1. PRAZO DA PARCERIA: Até 31 de janeiro de 2025

11.2. VALOR DA PARCERIA: R\$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais), a ser repassado em 24 parcelas mensais de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

11.3. VALOR DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) a ser repassado em 11 parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais)

11.4. VALOR DO SEGUNDO TERMO ADITIVO: R\$ 42.300,00 (quarenta e dois mil, trezentos reais) a ser repassado em 09 parcelas mensais de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais)

11.5. VALOR DO TERCEIRO TERMO ADITIVO: R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a ser repassado em única parcela em janeiro de 2025.

11.6. VALOR TOTAL DA PARCERIA: R\$ 185.800,00 (Cento e oitenta e cinco mil reais e oitocentos reais)

11.7. NATUREZA DA DESPESA:

- 11.7.1. Pagamento de serviços de terceiros;
- 11.7.2. Pagamento de material de consumo (recarga de gás);
- 11.7.3. Pagamento de materiais para oficinas de artesanato.

PLANO DE TRABALHO – TERCEIRO TERMO ADITIVO
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022
Projeto - Espaço Convivência
Dispensa de Chamamento Público – Lei 13.019/2014

12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

1ª Parcela do Segundo T.A.	2ª Parcela do Segundo T.A.	3ª Parcela do Segundo T.A.	4ª Parcela do Segundo T.A.	5ª Parcela do Segundo T.A.
R\$ 6.000,00 ABR/2024	R\$ 6.000,00 MAI/2024	R\$ 6.000,00 JUN/2024	R\$ 6.000,00 JUL/2024	R\$ 6.000,00 AGO/2024
6ª Parcela do Segundo T.A.	7ª Parcela do Segundo T.A.	8ª Parcela do Segundo T.A.	9ª Parcela do Segundo T.A.	1ª Parcela do Terceiro T.A.
R\$ 6.000,00 SET/2024	R\$ 6.000,00 OUT/2024	R\$ 6.000,00 NOV/2024	R\$ 6.000,00 DEZ/2024	R\$ 6.000,00 JAN/2025

13. INFORMAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA

13.1. BANCO: Banco do Brasil - Código da Agência: 2220-9

13.2. Número da conta corrente: 54.812-X

João Monlevade, 16 de dezembro de 2024.


MÁRIA GORETE DA SILVA

Vice Presidente Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental de João Monlevade

Conferido e Aprovado

João Monlevade, 16 de dezembro de 2024.


CARIMBO E ASSINATURA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2022

O **MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE**, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Rua Geraldo Miranda, nº 337, Nossa Senhora da Conceição, João Monlevade – MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.401.059/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO**, RG nº M-179.239 SSP/MG, CPF nº 195.086.896-68, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE**, inscrito no CNPJ sob nº. 05.783.206/0001-59, com sede na Av. Rodrigues Alves, nº 395, Bairro República, João Monlevade / MG - CEP: 35.930-092, neste ato, representada pela Vice Presidente da OSC, Sra. **MARIA GORETE DA SILVA**, brasileira, casada, aposentada, RG: MG-5.222.327, CPF: 628.084.436-68, residente à Rua Alonso B. Leite, 105, Bairro Nova Esperança, João Monlevade/MG, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o presente **TERCEIRO TERMO ADITIVO**, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, e Decreto Municipal 112/2018, consoante o processo administrativo de Dispensa de Chamamento Público nº 06/2022 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O presente instrumento tem por objeto:
Alterar a Cláusula Terceira – DOS RECURSOS FINANCEIROS do Termo de Fomento originário;
Alterar a Cláusula Sexta - DA VIGÊNCIA do Termo de Fomento originário;
Adequar o Plano de Trabalho originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. Fica acrescido o valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais) na Cláusula Terceira, item 3.1, do Termo de Fomento 04/2022, que será repassado em **única parcela** no valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. Será alterado o prazo previsto na Cláusula Sexta, item 6.1, do **Termo de Fomento 04/2022**, a fim de adequá-lo ao novo Plano de Trabalho. Este Termo Aditivo terá início em **01 de janeiro de 2025** com encerramento da parceria em **31 de janeiro de 2025**.

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO

4.1. Fica alterado o **PLANO DE TRABALHO** em consonância com o acréscimo de valor e prorrogação da vigência citados neste aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do **Termo de Fomento nº 04/2022**, naquilo que não conflitarem com o disposto no Decreto Municipal nº 112/2018, especialmente no que concerne ao Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO



6.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de João Monlevade - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

João Monlevade, _____ de dezembro de 2024.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO

Prefeito Municipal de João Monlevade

MARIA GORETE DA SILVA

Vice Presidente Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental de João Monlevade

Publicado por:

Kátia Cristina Angelo Passos

Código Identificador:08B5E708

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 18/12/2024. Edição 3920

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>